

O Espaço Interdisciplinar

II — As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico

Armando Corrêa da Silva*

1. Introdução

1.1. São as categorias entes lógicos ou ontológicos?

Essa questão é fundamental, porque remete às origens do conhecimento.

O movimento da razão se dá como práxis — a produção da teoria que se relaciona à *ontologia* —, como núcleo mesmo da teoria — que implica a *epistemologia* —, como elaboração da teoria. Desse modo, não existe ontologia que não se dê primeiro como epistemologia e, portanto, como teoria do conhecimento, gnosiológica, lógica e metodologia. Como esse conjunto repercute sobre a práxis, as categorias são pontos de apoio do conhecimento e da prática, mas produzidas por aquela. No entanto, o seu campo próprio é a ontologia, como o lugar da teoria em si mesma. Então, é preciso não confundir a produção das categorias com sua existência ontológica como fundamento da epistemologia. Do mesmo modo, é preciso não confundir sua existência ontológica com o seu manuseio pela epistemologia.

Originalmente, as categorias são formas, modos do ser. Conformente a postura filosófica, ou são entes ideais produzidos pela razão ou determinações da existência. Como entes ideais produzidos pela razão, podem ser tomadas como entidades lógicas. Como determinações da existência, são modalidades ontológicas do ser. A

(*) Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

solução da questão, a nível da teoria, implica a consideração do primado da existência sobre a consciência. Neste caso, as categorias devem ser consideradas entes ontológicos, que é o ponto de vista adotado aqui.

1.2. São as categorias universais abstratos ou concretos?

Como o ponto de partida do método é, inicialmente, a abstração, as categorias se põem desde logo como universais abstratos. A abstração decorre de que o momento inicial é a pré-ideação. No projeto, em sua fase primeira, o sujeito lida com singularidades e particularidades concretas que só lhe aparecem na mente como abstrações. É que as categorias ainda não são condensações da multiplicidade.

À medida que o projeto avança, as categorias vão se pondo ainda como conceitos abstratos, mas já como mediações do concreto. O concreto vai se pôr no momento em que se realizarem sínteses de singulares e de particulares no processo do conhecimento. O pensamento vai se elevando a generalizações da existência quando os conceitos comecem a tornar-se concretos. Esta é uma pré-condição da concreticidade das categorias. As categorias tornam-se entidades concretas no momento em que se chega à síntese fundamental do fenômeno em sua essência, já destituído de suas formas secundárias de ser.

O concreto torna-se representação, mas representação concreta, pensada. Assim acontece com as categorias. Tornam-se universais concretos, que retêm as singularidades e as particularidades. Como tais, porém, são o ponto de partida do raciocínio, que se põe como epistemologia.

Assim, as categorias são, inicialmente, universais abstratos, que se transformam em universais concretos pela práxis.

Os universais concretos contêm a objetividade da existência, porque são concreções de particularidades e singularidades concretas. Têm a propriedade de apreender o movimento do real em formas, modos de ser do existir. Mas, se são concretos, vão além das aparências da realidade. Apreendem as conexões existentes entre

os fenômenos. Essa apreensão é resultado de as singularidades e particularidades se porem à reflexão através do processo de trabalho. Este está no centro da transformação das categorias de universais abstratos em universais concretos.

1.3. Que são as categorias filosóficas?

A Filosofia é o nível do conhecimento mais geral que se pode conceber. É nela, portanto, que as categorias, como determinações da existência, possuem seu grau mais amplo de generalidade. São categorias filosóficas o fenômeno, a essência, a causa, o efeito, a necessidade, a causalidade, a lei, o conteúdo, a forma, a possibilidade, a realidade, o singular, o particular, o universal, o abstrato, o concreto, o histórico e o lógico, entre outras (ROSENTHAL e STRAKS, 1962).

A categoria filosófica determina o conteúdo dos conceitos utilizados por um autor. Por exemplo, para entender o conceito de trabalho em Marx, é preciso verificar as categorias que ele utiliza em seus escritos, a saber: contradição, determinação, valor etc. Se se tratar de um estudo sobre favelas, as categorias poderão ser pobreza, miséria, subdesenvolvimento etc. Mas trata-se de abordagens diferentes.

O problema da relação entre as categorias e os conceitos filosóficos não tem tido solução satisfatória. Costuma-se reservar o nome de categorias aos conceitos fundamentais "que refletem os aspectos mais gerais e essenciais da realidade, assim como os nexos e relações entre os objetos" (ROSENTHAL e STRAKS, 1962).

A colocação é insatisfatória, porque define as categorias como o mesmo que conceito. E não se faz distinção entre a categoria filosófica e o conceito filosófico. Para Aristóteles, por exemplo, a categoria é o predicado de uma proposição. Já para Kant, é o conjunto dos conceitos fundamentais do entendimento. A solução do problema deve percorrer um caminho concreto-ontológico e não apenas os passos lógicos do conhecimento (LUKÁCS, 1979).

Retomemos a afirmação anterior, segundo a qual a categoria filosófica determina o conteúdo dos conceitos. Se tal afirmação é

verdadeira, então a categoria é algo que se sobrepõe ao conceito, dando-lhe conteúdo, e esse conteúdo deve ser concreto. A categoria define os modos do ser, enquanto o conceito define a idéia ou conjunto de idéias a respeito de alguma coisa ou fenômeno. O conceito é uma representação do objeto pelo pensamento, por suas características gerais. Difere da definição, que é a determinação da compreensão de um conceito.

1.4. *Que são as categorias científicas?*

A física trabalha com as categorias massa, corpo, luz, energia, átomo etc.; a biologia com vida, espécie, herança, variação etc.; a economia política com custo, produção, acumulação etc.; a estética com belo, cômico, trágico etc. São modos do ser, determinações da existência desses particulares.

Se são mais concretas que as categorias da filosofia, isso se deve ao fato de reproduzirem a existência em nível de menor abstração que aquelas. Mas essa maior aproximação ao singular não significa que sejam o mesmo que os conceitos a elas referidos e muito menos às definições.

Portanto, a categoria, como um concreto-ontológico, sempre deve dar conta do real, seja como um universal, um particular ou um singular. No caso da ciência, terá um significado relativo à visão intelectual do trabalho, que é uma determinação histórica. Por isso sua dimensão é menor em relação às categorias filosóficas e não a uma determinação do pensamento lógico.

2. As categorias em Geografia

O conjunto de categorias de uma ciência está relacionado ao objeto de conhecimento dessa ciência. As categorias fundamentais do conhecimento geográfico são, entre outras, espaço, lugar, área, região, território, habitat, paisagem e população, que definem o

objeto da Geografia em seu relacionamento. Vejamos cada uma delas.

De todas, a mais geral — e que inclui as outras — é o espaço. Qual a sua gênese?

— O primeiro fato geográfico, além de toda a imaginação, é o da produção do espaço do beber, vestir, alimentar-se e habitar. Pode-se dizer que é o habitat a categoria que abrange o conjunto dessas necessidades reais;

— o segundo é o da reprodução do habitat, o que significa também a reprodução do beber, do vestir e do alimentar-se, além de outras necessidades, como a da representação dessas coisas na mente e no âmbito da comunicação;

— o terceiro é o da difusão do habitat.

Isso marca o início da pré-história humana (MARX e ENGELS, 1977).

Todos esses são fatos sociais, porque é a população que lhes dá sentido.

E que é a população?

A população “é a base e o sujeito de todo ato da produção social” (MARX, 1946). Portanto da produção do espaço, que é, desde logo, também um ato social.

Mas a população vive em um território de que tem domínio e posse. O território é, assim, a terceira categoria geográfica. A vida em um território dá origem a paisagens geográficas diferenciadas. A paisagem é, então, a quarta categoria geográfica. “A paisagem, urbana ou rural, é a forma espacial da divisão do trabalho. O espaço, sendo um produto das relações que se estabelecem entre ele e a sociedade, tem, portanto, na paisagem o aspecto formal advindo do produto da sociedade num determinado momento da organização. A paisagem atual aparece como mediação entre a paisagem passada e a futura, revelando as características históricas de sua formação.” (CARLOS, 1979)

Só a partir da produção do espaço como paisagem é que se define o lugar como região ou como área. O lugar, como habitat, é uma produção humana. A fixação no lugar define a região como o lugar em que se nasce e ao qual se pertence. Põe-se, então, a neces-

Para considerar estas categorias da vida
é preciso considerar...

idade da medida que define a área. São categorias posteriores ao espaço.

2.1. Divisão territorial do trabalho

A primeira divisão territorial do trabalho é a separação entre o lugar de moradia e o lugar de trabalho. A ela se segue a separação entre a cidade e o campo, assim que a sociedade se divide em classes. Desse modo, a casa, a oficina e o terreno agropecuário se definem como lugares diversos.

Mas que é o lugar?

A categoria lugar tem uma existência remota. Denota o espaço como um complexo de relações de localização determinada. Essas relações são um produto do trabalho, como a casa, a oficina e o espaço de produção de alimento.

Convém considerar o lugar natural, isto é, o lugar suscetível de apropriação na natureza como recurso. Ou seja, a natureza não só é fonte dos recursos, mas também um espaço a ocupar.

Nesse sentido, o lugar é território, *locus* de existência do Estado, quer se trate de fronteira de recursos, fronteiras étnicas, fronteiras militares ou fronteiras políticas.

A divisão territorial do trabalho estabelece, então, a possibilidade de relações entre territórios diversos. Essas relações são de cooperação ou de conflito, de conformidade com aquelas entre os Estados, incluídas aqui as unidades não dotadas de Estado.

A categoria território é, pois, a primeira concreção do lugar. As relações sociais de produção são, então, relações localizadas no território apropriado da natureza ou de outros por conquista, conforme o demonstra toda a história humana até o presente.

A divisão territorial do trabalho é, por isso, um aspecto da divisão social do trabalho. É sua expressão espacial mais dura-doura.

A categoria região é posterior à categoria território, porque a região é o território já ocupado e onde se desenvolveu uma organização do espaço que o torna determinação de um modo de vida. É

Assim a natureza existe na realidade

por isso que a região é o lugar em que se nasce ou ao qual se pertence. Tem uma grande força de inércia como lugar já estruturado.

A área é uma categoria cuja existência implica um grande desenvolvimento humano e a presença do Estado, porque é o espaço delimitado, o que implica a sua medida. Como as demais categorias, tem uma origem muito antiga, desde que surgiu a necessidade de identificar certas parcelas de espaço para diversos fins, definindo seus limites. A área é, pois, resultado de uma deliberação humana e se sobrepõe à região e ao território. Convém notar que, nas sociedades divididas em classes, castas ou estamentos, pode não haver coincidência entre as fronteiras territoriais, regionais ou areolares. O mais comum é a superposição delas, configurando desenhos às vezes altamente complexos.

2.2. A produção dos modos de produção

Que é um modo de produção?

“O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, de seu determinado modo de vida. Conforme os indivíduos manifestam sua vida, assim eles são. O que são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem quanto com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.” (MARX e ENGELS, 1977)

A categoria fundamental, por conseguinte, é o trabalho, uma categoria universal concreta. O trabalho é exercido como relação com a natureza e como relação com os outros homens. Implica, pois, a existência da consciência e a representação do real. O modo de produção abrange, então, a base econômica e suas representações políticas e ideológicas na consciência.

A produção do modo de produção é, assim, sua reprodução contínua ao longo da História. Essa reprodução é também produção e reprodução do espaço; ou seja, como espaço produzido, que repercute sobre sua organização posterior, determinando-o.

* O espaço, primeira categoria do pensamento geográfico, é, portanto, categorialmente concebido como resultado do ato da produção. Mas há aqui uma peculiaridade: o espaço produzido o é a partir do espaço existente, ou seja, da transformação do espaço anterior. Este último pode ser a própria natureza ou o espaço já humanizado, retransformado. Por isso, produção do espaço e espaço produzido são dois momentos diversos de uma mesma sequência: processo e estrutura. O trabalho produz o espaço a partir do espaço existente anteriormente e o resultado, como espaço produzido, repercute sobre o anterior. Quer dizer, o processo determina a estrutura, que se volta sobre aquele.

Um modo de produção implica, assim, um espaço organizado. Enquanto perdura o modo de produção, esse espaço é reproduzido estruturalmente, e como tal repercute sobre o processo de sua produção. A passagem de um modo de produção a outro toma como ponto de partida o espaço existente já estruturado, assim como as formas de propriedade.

2.3. A apropriação diversa do espaço

É a apropriação do espaço um processo de sua valorização?

A divisão da sociedade em classes implica formas diversas de apropriação do espaço. Essa apropriação é produção social de espaço para fins produtivos ou improdutivos, ambos necessários. Mas o espaço é apropriado também em sua diversidade natural e em razão de sua diferente utilização.

O valor do espaço reside, pois, numa dupla existência: como características naturais (fertilidade, por exemplo) e como espaço construído (canais de irrigação, habitações etc.).

Deve-se, então, considerar a dupla diversidade na apropriação do espaço: o espaço como formas de propriedade, um espaço social

e o espaço como atributos físicos da natureza ou resultado do trabalho.

Assim, o social e o físico são outras tantas categorias que determinam o espaço e são dele determinações. Mas o espaço é também uma dimensão política, como território delimitado pelo Estado. Daí decorre outra diversidade nas divisões de fronteiras internas e externas ao Estado.

Considere-se, no entanto, que em cada modo de produção a apropriação discreta do espaço é diferente. Não obstante, certas formas físicas permanecem mais tempo que as formas de propriedade. Isso significa que o espaço possui um aspecto de relativa inércia e um aspecto que se transforma continuamente.

A apropriação discreta do espaço é um processo de criação de formas e de conquista de formas já existentes. As formas social e espacial são, então, outras categorias do espaço.

A forma inerte é aquela que não pode, por si só, ser determinação teleológica. Neste sentido, a natureza cria formas orgânicas e inorgânicas. Mas precisa ser posta em movimento como meio de produção.

A forma é a estrutura revelada (SANTOS, 1979). Por isso, a forma é o espaço produzido em seu modo de ser estrutural. Então, o território, a região e a área são formas criadas ou existentes de espaço, mas que só se revelam ao observador como estruturas.

A apropriação diversa do espaço se dá também como ideologia. É quando os espaços da representação são apenas construções da ideia, que não existem como realidade material.

2.4. O desenvolvimento desigual

Os modos de produção têm sua evolução ligada ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção existentes. As forças produtivas não têm um desenvolvimento uniforme no espaço. Esse desenvolvimento é desigual, mas isso varia com o modo de produção.

No capitalismo, o desenvolvimento é necessariamente desigual. No centro, a desigualdade do desenvolvimento está relacio-

nada inicialmente ao livre desenvolvimento da produção mercantil. Num momento seguinte ela se dá através do surgimento dos monopólios. A forma da desigualdade, no primeiro momento, é dada pelas diferentes localizações e pela diversidade natural do mercado. No segundo momento, o da grande empresa, a desigualdade vai ter sua gênese na exportação de capitais, ou seja, no alargamento dos mercados. Tal é a gênese da periferia, que vai dar origem às desigualdades espaciais do presente (AMIN, 1976).

O desenvolvimento desigual do capitalismo relaciona-se a categorias de apreensão da realidade como dependência, subdesenvolvimento, centro, periferia etc.

Os espaços desiguais são, então, ordenados segundo um sistema de fluxos que drena as riquezas da periferia ao centro. A apropriação da natureza e dos espaços humanizados ganha, assim, um caráter de exploração.

O capitalismo herda as desigualdades do passado e, depois de uniformizado o mercado no centro, distribui as desigualdades na periferia. Surgem, assim, espaços autônomos no centro e espaços dependentes na periferia. São outras tantas categorias geográficas.

O desenvolvimento desigual é, no entanto, mais antigo do que o capitalismo. Um caso típico é o diferente desenvolvimento da cidade e do campo. A primeira, mais desenvolvida; o segundo, menos. A separação entre a cidade e o campo, sua desigualdade, é um fenômeno que remonta a épocas passadas.

2.5. *As categorias da formação social espacial*

A primeira é a própria categoria formação. "Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação às forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta." (SANTOS, 1977)

A formação contém o espaço como totalidade e unidade. Mas o faz de modo concreto. Não se trata da totalidade e unidade do modo de produção em geral, mas de suas manifestações.

A compreensão da formação liga-se à compreensão da categoria da particularidade em sua relação dialética com o universal e o singular. A particularidade refere-se ao desenvolvimento dos modos de produção.

A formação implica a unidade da continuidade e descontinuidade do processo histórico. E, portanto, do espaço.

Concebido como território, o espaço da formação é uma determinação tão forte como outras. "A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social." (SANTOS, 1977)

Mas não existe uma formação espacial separada das formações sociais, pois são parte de uma mesma realidade dialética.

3. Conclusão

Neste trabalho, argumentamos com a diferença entre o uso lógico das categorias e seu estatuto ontológico. No primeiro caso, a epistemologia resultante remete o discurso à linguagem no caminho pragmático do neopositivismo. No segundo, a autonomia teórica do discurso fica ressaltada, pondo-se o ser como objeto.

Da consideração geral das categorias, passou-se a sua consideração em Geografia como um concreto ontológico.

Fica evidente, então, que as categorias do ser geográfico, como natureza e sociedade, não são postas *a priori* ou *a posteriori*, como na divisão epistemológica entre o racionalismo e o empirismo, mas parte-se do espaço e dos homens reais para chegar-se ao objeto. Resta considerar algumas conclusões.

3.1. A recuperação da totalidade

Um dos principais problemas é o da fragmentação do discurso. Na linha de argumentos proposta, essa fragmentação desapa-
rece.

No entanto, não é a análise categorial a solução dos impasses em que se encontra a Geografia. Substituir o discurso clássico do concreto sensível pelo discurso do concreto pensado pode apenas corresponder a uma mudança de abordagem, o que não soluciona a questão. Por exemplo: passa-se do lugar — em sentido restrito — ao espaço — em sentido amplo —, numa mudança de escala; ou passa-se do natural ao social, argumentando-se com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

A recuperação da totalidade implica, então, uma abordagem em que nem a natureza nem a sociedade sejam objeto de uma escolha excludente, mas em que a relação sociedade-natureza seja o ponto de partida, como população-espaço. Ultrapassar essa dimensão é fazer ciências da terra (geociências) ou — o que dá no mesmo — fazer sociologia ou economia.

Não se defende aqui o isolamento epistemológico da Geografia, mas sim a delimitação de seu contorno em relação a um objeto que é duplo e que se expressa naquela relação. A partir daqui, nada se deve opor em relação à contribuição de outros discursos.

3.2. Totalidade e futuro

A totalidade, assim recuperada, desdobra-se na análise das contradições — uma dupla contradição: a contradição na natureza e a contradição na sociedade. Mas não se trata de buscar no espaço as contradições da sociedade, buscando-se fazer o que já foi denominado de espacialidade. O espaço é parte importante da totalidade, mas não a esgota, tendo sido sua análise negligenciada na perspectiva do todo.

Como o espaço se tornou importante para os modos de produção contemporâneos, sua inclusão na análise global dá, por si só, uma dimensão do futuro. Mas não só isso. A espacialidade do pre-

sente extrapola das fronteiras do planeta em que vivemos e a Geografia deve dar conta dessa dimensão, que deve abrir perspectivas à vida humana.

4. Bibliografia

- AMIN, S. *O Desenvolvimento Desigual: Ensaio sobre as Formações Sociais do Capitalismo Periférico*. Tradução de Francisco Rego Chaves Fernandes. Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1976.
- CARLOS, A. F. A. *Reflexões sobre o Espaço Geográfico*. São Paulo, 1979 (xerox).
- LUKÁCS, G. *Ontologia do Ser Social; Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Tradução de Florestan Fernandes. Editora Flama Limitada, São Paulo, 1946.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (I — Feuerbach)*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. Editorial Grijalbo, São Paulo, 1977.
- ROSENTAL, M. M. & STRAKS, G. M. *Categorias del Materialismo Dialéctico*. Traducción directa del ruso por Adolfo Sánchez Vásquez y Wenceslao Roces. Editorial Grijalbo S.A., México, D.F., 1962.
- SANTOS, M. *Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método*. Tradução de Maria Encarnação Vasquez Beltrão e revisão de Max Henri Boudin, in *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 54, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1977.
- _____. *Estrutura, Processo, Função e Forma como Categorias do Método Geográfico*. Rio de Janeiro, 1979 (xerox).
- _____. *Espaço e Método*. Editora Nobel, São Paulo, 1985.